

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Diário da Serra (Campo Grande) Class.: 523

Data: 28.11.89

Pg.: \_\_\_\_\_

# Reserva de Piraquá será demarcada em breve

Começam hoje, para futura demarcação, os trabalhos de levantamento métrico das áreas da reserva Piraquá, no município de Bela Vista, onde vivem cerca de 300 famílias da tribo Guarani. Foi lutando pela demarcação dessas terras que morreu o líder indígena Marçal de Souza, no dia 25 de novembro de 1983, assassinado com cinco tiros. Um dos acusados pela morte é justamente o proprietário da Fazenda Serra Brava, onde está localizada a reserva, Líbero Monteiro.

O Terrassul — Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso do Sul, responsável pelo levantamento, em convênio com a Funai (Fundação Nacional do Índio), envia dois engenheiros e diversos trabalhadores braçais. O diretor técnico do órgão, Mauro Maurício, informa que a tarefa da equipe é quantificar as terras que estejam ou não sendo ocupadas pelos índios guarani. Feito isto, os números são encaminhados à administração regional da Funai, em Amambai, para os entendimentos junto ao proprietário das terras. A desapropriação das áreas é uma das saídas que a Funai pode encontrar,

caso as negociações não cheguem a bom termo.

O levantamento da área deve demorar, no mínimo, 20 dias. Em pouco mais de um ano, este será o nono trabalho de demarcação de áreas indígenas levado a cabo pelo Terrassul.

#### CIMI ALERTA

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário Regional do Mato Grosso do Sul), já alerta que a demarcação não será feita de modo tão simples quanto parece. Segundo a assessoria jurídica da entidade, o latifundiário Líbero Monteiro já move nada menos que seis processos, tentando impedir a completa demarcação da reserva Piraquá. Segundo o assessor Mausir Pauleti, a área pertencentes aos índios guarani deve ser em torno de 2.300 hectares.

Cinco dias antes de ser assassinado, Marçal de Souza havia recebido uma oferta de suborno, na época, de cinco milhões de cruzeiros, prontamente recusada. Os acusados pela morte, Líbero Monteiro e seu capataz, Rômulo Gamarra, deverão ser julgados até março do ano que vem, em Ponta Porã.